



Número: **0812762-20.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **19ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **06/04/2020**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS (AUTOR)		LARISSA DE OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO)	
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54861704	06/04/2020 09:31	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
54861706	06/04/2020 09:31	<a href="#">OAB ITAMAR</a>	Documento de Comprovação
54861708	06/04/2020 09:31	<a href="#">BOLETIM DE ACIDENTE 1</a>	Documento de Comprovação
54861709	06/04/2020 09:31	<a href="#">BOLETIM DE ACIDENTE 2</a>	Documento de Comprovação
54861712	06/04/2020 09:31	<a href="#">COMPROVANTE ADMINISTRATIVO</a>	Documento de Comprovação
54861713	06/04/2020 09:31	<a href="#">DOC DO VEICULO</a>	Documento de Comprovação
54861715	06/04/2020 09:31	<a href="#">DOCUMENTO HOSPITALAR</a>	Documento de Comprovação
54861719	06/04/2020 09:31	<a href="#">PROCURACAO</a>	Procuração
54861720	06/04/2020 09:31	<a href="#">DOCUMENTOS PESSOAIS</a>	Documento de Identificação
54862313	06/04/2020 09:48	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS  
CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL/RN, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.**

**ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS**, brasileira, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.390.314-22, portadora do RG 001.893.940 SSP/RN, residente e domiciliada na Rua Elizabeth, nº 13, Dix-Sept Rosado, Natal/RN CEP 59054-120, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada, legalmente constituída, conforme procuração em anexo, com escritório profissional na Rua Edgar Dantas, s/nº454-C, Santos Reis, Parnamirim/RN, local onde deverá receber todas as intimações de praxe, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em desfavor da **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº



02.149.205/0001-69, com endereço para receber citação e intimação na Avenida Prudente de Morais, 4055, Lagoa Nova, Natal/RN. CEP: 59056-200, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

## **I - DA JUSTIÇA GRATUITA**

1. Inicialmente requer os benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, bem como pelo fato de que se tivesse que arcar com as custas e emolumentos judiciais encontrar-se-ia em estado de miserabilidade. Tudo com inteligência na Lei 1.050/60 e suas concomitantes legais.

## **II - DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

2. O Autor foi vítima de acidente automobilístico no km 95 da BR-101 no sentido decrescente, no município de Natal/RN. O fato ocorreu no dia **27 de Outubro de 2019**, conforme denota sobeja documentação em anexo. Em decorrência desse trágico acidente o Requerente teve **TRAUMA NA PERNA**.

3. Insta salientar que o Autor requereu o seguro DPVAT na via administrativa, mas foi pago indevidamente, pois a indenização foi menor do que prescreve na tabela do Seguro DPVAT.

-

4. Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico, vem requerer de direito o seguro DPVAT.

## **III - DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:**

5. O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.



6. No caso em comento, é de direito do autor **perceber uma indenização por danos pessoais**, ante a seu estado de incapacidade parcial, em caráter permanente, em decorrência aos danos causados pelo acidente, visto que teve fratura do pé e punho direito.

#### **IV - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM: -----**

---

5. O art.7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no pólo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

6. Nesse sentido também dispõe a Resolução CNSP 154/2006:

*“Art. 5º (...) §6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas. §7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seu respectivos líderes.”*

7. Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

8. Quanto à legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, de sorte que qualquer seguradora, que atue no Consórcio do Seguro DPVAT, formados pela reunião das empresas seguradoras e geridos pela seguradora Líder, poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.



**V- DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO (REQUERIMENTO)**  
**ADMINISTRATIVO.**

---

9. A Lei nº 6.694/74(Instituto de Seguro Obrigatório- DPVAT), alterada pela Lei nº 11.945/2009, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do Consórcio do Seguro DPVAT, para tal fim.

10. É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente na questão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previstos dentro dos direitos e garantias fundamentais, tais como: O princípio da legalidade, inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

11. O princípio da legalidade registra de forma sintética que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sobre o prisma da carta constitucional. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao estado democrático da direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão.

12. Já o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao poder judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou obstacularizar a atividade legítima do poder judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão ao direito, sob pena de flagrante inconstitucional.

13. Neste sentido, o ilustre doutrinador Alexandre de Moraes, registra palavras a respeito da inexistência condicionada ou instância administrativa de curso forçado, aduzindo:

*“Inexiste obrigatoriedade de esgotamento da instancia administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A Constituição de 1988,*



*diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instancia administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez excluiu a permissão, que a emenda constitucionalidade n.º 7 há constituição anterior estabeleceria, de que a Lei condicionar-se o ingresso em juízo a exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário.” (EM DIREITO CONSTITUCIONAL, 156 Ed, São Paulo).*

14. Pois bem, neste sentido andou bem a lei já mencionada que instituiu o DPVAT, sendo certo que a inexistência de prévio pleito administrativo está de acordo com os princípios basilares elegidos pelo poder constituinte originário, ao passo que qualquer forma de exigência a prévio esgotamento de via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional.

15. É também o entendimento dos nossos Tribunais, ou seja, da desnecessidade de requerimento administrativo para pleitear a Ação de cobrança do seguro DPVT, vamos a eles:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DO SEGURO **DPVAT**. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. **DESNECESSIDADE. PRINCÍPIO DO AMPLO ACESSO AO JUDICIÁRIO. ART. 5º, XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL** .DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO APELO. O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculariza o ingresso em juízo, Art. 5.º, XXXV, da nossa Carta Magna. (Apelação Cível nº 2009.006430-0, julgamento em 18/08/2009, 2ª Câmara Cível, Relatora: Juíza Maria Zeneide Bezerra (Convocada)) (grifos acrescidos)

"CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PRELIMINAR NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO SUSCITADA PELO APELADO. REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA REJEITADA. PRELIMINAR DE



CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. MÉRITO: SEGURO OBRIGATÓRIO **DPVAT**. ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR. INVALIDEZ PERMANENTE DO PUNHO ESQUERDO. INTERESSE DE AGIR AMPLAMENTE DEMONSTRADO. **DESNECESSIDADE DE PLEITO ADMINISTRATIVO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO**. COMPROVAÇÃO DO FATO, DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE – INDENIZAÇÃO EM PERCENTUAL DO VALOR MÁXIMO LEI 6.194/74, NA REDAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS." (Apelação Cível nº 2009.013139-5, julgamento em 23/03/2010, 2ª Câmara Cível, Relator: Des. Aderson Silvino) (grifos acrescidos)

9. Fica claro a desnecessidade de requerimento administrativo para se pleitear a Ação de Cobrança do DPVAT.

#### **VI - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:**

10. Anota o Art.5.º da Lei 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

*“ Art. 5.º - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*

11. Destarte, o§1.º, “a” do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92. Assevera que a indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

- a) ***Certidão de Óbito***
- b) ***Registro de Ocorrência no Órgão Policial competente***
- c) ***Prova de qualidade de beneficiários em caso de morte.***



12. Reforçando a ideia do artigo acima citado pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

*“Art. 7.º-A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.*

13. Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

14. Independente do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

*“STJ. Súmula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.*

15. Sendo assim, é incontroverso a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

**VII - DA ATUALIZAÇÃO MONETARIA DESDE 29.12.2006, DATA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/2007:**

-





**16.** A Medida Provisória nº340 de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, apenas transformou os 40 (quarenta) salários mínimos em reais, chegando ao valor de R\$ 13.500,00, sem prever a forma de atualização monetária. Para evitar que a indenização amargue, ano após ano, os efeitos da corrosão da moeda, até que se torne irrisória, existe a necessidade que o referido valor seja corrigido desde o dia 29/12/06.

**17.** Tal incidência decorre do fato da indenização não mais ser calculada com base no salário mínimo, o qual por si só mantinha-se atualizado, e sim, ter como o seu teto máximo, conforme ditames da Medida Provisória 340/2006, a quantia certa de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que sofre depreciação inflacionária desde a sua previsão.

**18.** A atualização monetária serve para recompor o valor da moeda em razão da depreciação inflacionária ocorrente no país. Neste sentido, espera-se que o Judiciário, tendo sempre como norte o caráter eminente social do seguro obrigatório (DPVAT), pacifique o entendimento que esses valores (R\$ 13.500,00 ou R\$ 2.700,00) devem ser atualizados desde a referida MP, mormente levando-se em conta que a atualização monetária não representa nenhum plus, acréscimo, ônus ou penalidade, mas tão somente uma medida para evitar um enriquecimento ilícito à custa das já penalizadas vítimas do trânsito.

-

**19.** O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná comunga, neste sentido, recentes julgados que pacificaram o entendimento:

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO ESTRANGEIRO - IRRELEVÂNCIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO CALCULADO CONFORME A EXTENSÃO DA INVALIDEZ DA VÍTIMA - EXEGESE DO ARTIGO ARTIGO 3º, §1º, II, DA LEI 6194/74. **CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE DESDE A VIGÊNCIA DA MP 340/2006** - TETO MÁXIMO INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 13.500,00 - VALOR QUE SOFRE DEPRECIÇÃO DESDE A SUA PREVISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE. 1 - Frisa-se que mesmo se tratando de automóvel estrangeiro, a indenização referente a seguro DPVAT é devida. 2 - Tem-se como acertado o valor indenizatório fixado pelo juízo a quo (R\$4.725,00), eis que de



acordo com os ditames do artigo 3º, §1º, II, da Lei 6194/74. 3- No que tange à correção monetária, coaduna-se ao entendimento que para os casos posteriores à Medida Provisória 340/2006, o seu marco inicial deve ocorrer da vigência de tal norma. Processo: 915183-5 (Acórdão) Relator(a): José Laurindo de Souza Netto Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível Comarca: Foz do Iguaçu Fonte/Data da Publicação: DJ: 943 06/09/2012”

“APELAÇÃO CÍVEL COBRANÇA DO SEGURO DPVAT AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A INSTRUÇÃO DO PROCESSO APRESENTADOS – INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA VALOR DA INDENIZAÇÃO SEGUNDO O GRAU DE REPERCUSSÃO EXEGE DO INCISO II, DO §º1º, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - *CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO*. – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - LIMITE PREVISTO PELA LEI Nº 1.060/50 INAPLICABILIDADE. RECUSOS DESPROVIDOS. 1- A inexistência de pedido administrativo não pode levar ao reconhecimento da falta de interesse processual, nem, tampouco, no indeferimento da inicial. 2 Os documentos acostados aos autos demonstram a existência de acidente automobilístico com vítima, sendo, pois, suficientes para embasar a indenização pretendida. 3 – A combinação do artigo 3º, II, com o artigo 5º, §5º, da Lei 6.194/74, que taxativamente limita a indenização do Seguro Obrigatório em "até" R\$13.500,00, permite concluir que o valor da cobertura nos casos de invalidez permanente, varia conforme o grau de incapacidade da vítima. 4 - Estabelecido que o valor da indenização deve ser calculado com base no valor estabelecido pela MP 340/2006, é a partir sua entrada vigor que deve incidir a correção monetária, vez que nada acrescenta ao capital, apenas recompõe o poder da moeda. 5 - Sendo vencedora a parte que estava ao abrigo da assistência judiciária gratuita, a fixação de honorários advocatícios prevista no artigo 11, § 1º, da Lei nº1.060/50, pode ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento), desde que observadas as regras previstas no CPC, norma geral que prevalece sobre a regra específica contida no mencionado dispositivo. (TJPR - 10ª C.Cível - AC 914227-8 - Londrina - Rel.: Luiz Lopes - Unânime - J.19.07.2012)”

---

## VIII- DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

---



**20.** A vigente redação da Lei nº 6.194/74, resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº 11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº 11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte; II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e III- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidentes e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, **classificando-se a invalidez permanente parcial completa** e incompleta conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o dispositivo abaixo: (Incluído pela Lei 11.945, de 2009). I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funciona na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).”(grifamos)*

**21.** A tabela a que se refere o dispositivo, agora como anexo à Lei nº 6.194/74, está assim desenhada:



Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70



Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

FONTE: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l6194.htm#art33](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6194.htm#art33)

#### **IV - DA PERÍCIA**

-



22. Diante da situação fática, se o Douto Julgador entender a necessidade de se fazer Exame Pericial, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (o) perito (a):

a) Quais as lesões sofridas pelo Autor ?

b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?

c) Dessas lesões resultou invalidez permanente de membros, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente?

d) Total ou em parte? Havendo, em que percentual?

-

-

#### **X - DOS PEDIDOS**

-

23. Por tudo resta acima exposto, requer o Autor, que Vossa Excelência se digne a:

a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesmo o rito sumário, conforme disposição expressa do art. 275 e SS do CPC;

b) Determinar a citação da Ré no endereço acima declinado, para que a mesma produza a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato.

c) Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor do Autor, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: “**a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**”.



d) Julgar a demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Ré a pagar ao Autor o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização do seguro DPVAT, **corrigindo desde a data da Medida Provisória nº340/2006**, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, **acrescido de juros de mora**, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

e) Que seja condenada a parte Ré aos honorários sucumbência, arbitrados em 20% sob o valor da condenação.

f) Entendendo Vossa Excelência necessidade de perícia, que sejam respondidos os quesitos do item IV.

g) Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entender necessário.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 06 de Abril de 2020.

***ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA***

***OAB/RN nº 11.925***



**LARISSA DE OLIVEIRA MAIA**

**OAB/RN nº 13.421**

**NÚSIA LEILA FERNANDES DE OLIVEIRA MAIA**

**OAB/RN nº 13.561**









PRF

# BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

PROTÓCOLO Nº 19058900B01



Maiores dúvidas acesse: [www.prf.gov.br/portal](http://www.prf.gov.br/portal)



**Para cópia do seu Boletim acesse o sítio:** [www.prf.gov.br/novobat](http://www.prf.gov.br/novobat)  
/consultar Informe o número do protocolo e o CPF/CNPJ de um dos envolvidos no acidente; e Clique em imprimir.



**Atenção:** As vítimas de acidente têm direito ao recebimento do Seguro DPVAT. Para maiores informações, acesse: [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) **Em casos de avaliação de danos com MÉDIA ou GRANDE MONTA, verificar os trâmites da Resolução 544 do CONTRAN. Procure o órgão estadual de trânsito (DETRAN) do seu Estado, antes de fazer reparos no veículo.**



Assinatura  
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

191



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 06/04/2020 09:31:14

<https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040609311404800000052831190>

Número do documento: 20040609311404800000052831190

Num. 54861708 - Pág. 1



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 27/10/2019 Hora: 00:09 Município: NATAL/RN  
BR: 101 KM: 95,6 Sentido: Decrescente  
Policial responsável pelo atendimento: ASFORA, 1970364

ASPECTOS DO LOCAL

Tipo de via: Principal	Tipo de pavimento: Asfalto
Tipo de pista: Múltipla	Condição da Pista: Seca
Estrutura Viária: Reta	Localidade urbanizada: Não
Acostamento: Não	Canteiro Central: Não
Condição meteorológica: Céu Claro	Fase do dia: Plena Noite

IMAGENS PANORÂMICAS



SENTIDO DECRESCENTE



SENTIDO CRESCENTE

NARRATIVA

No dia 27/10/2019, por volta das 00h09, no km 95 da BR-101, em Natal-RN, ocorreu um acidente, do tipo colisão traseira, com vítimas (2 lesionadas). Os veículos envolvidos foram: o automóvel I/PEUGEOT 207 5P (V1); o automóvel I/CHEVROLET AGILE LT (V2) e a motocicleta HONDA/NXR125 BROS ES (V3). Com base na análise dos vestígios materiais identificados, constatou-se que V1 trafegava na faixa de trânsito do sentido Parnamirim-RN / Natal-RN, pela faixa da direita da pista principal da rodovia quando, por falta de atenção e excesso de velocidade, colidiu com sua parte frontal nas partes traseiras de V3 e V2 que seguiam à sua frente, pela mesma faixa, nesta ordem (conforme orientação de danos nos veículos). Os dois veículos atingidos foram jogados em direção ao canteiro central divisor das pistas principal e marginal. O veículo V2, ao ser jogado contra o canteiro central, colidiu com a placa de sinalização existente no local e depois colidiu lateralmente contra a árvore que existia logo após e, por último, transitou ainda por cerca de 9 metros até que colidiu com outra árvore, momento em que girou em seu próprio eixo e cessou seu movimento em posição transversal em relação à rodovia, com sua parte traseira voltada contra esta. O veículo V3, por sua vez, ao ser jogado contra o canteiro central caiu ao solo e derrubou sua condutora ao chão, ambos permaneceram caídos próximos à placa de sinalização que havia sido derrubada por V2. V1, após colidir com V2 e V3, transitou ainda por cerca de 30 metros (conforme marcas de arrasto deixadas no pavimento) e parou sobre a pista de rolamento da rodovia, onde o seu condutor



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

evadiu-se do local do acidente sem prestar socorro às vítimas e nem tomar providências para tal. A colisão ocorreu na faixa de trânsito do sentido Parnamirim-RN / Natal-RN, conforme constatação de marca de frenagem e de fragmentos desprendidos dos veículos. A dinâmica do acidente encontra-se representada no croqui. Conforme constatações em levantamento de local de acidente, concluiu-se que o fator principal do acidente foi o excesso de velocidade e a falta de atenção à condução, ação essa realizada por V1. Não está descartada a hipótese de o condutor de V1 ter dirigido sob influência de álcool. No entanto, não foi possível a confirmação de tal fato em razão do mesmo ter se evadido do local do acidente antes da chegada da equipe policial.

Observações: 1) O local do acidente encontrava-se preservado. 2) A condutora do V3 (ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS) sofreu lesões graves e foi encaminhada pelo SAMU (Viatura USB 17) para o Hospital Walfredo Gurgel. 3) Um dos passageiros de V2 (RENATO ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO) sofreu lesões leves e foi procurar atendimento médico por seus próprios meios. 4) O condutor do V1 evadiu-se do local do acidente, motivo pelo qual não foi possível a sua identificação. 5) O veículo V1 restou abandonado sobre a pista de rolamento da rodovia, motivo pelo qual foi recolhido ao pátio credenciado e lavradas as autuações cabíveis. 6) Os veículos V2 e V3 foram deixados sob responsabilidade dos respectivos condutores que providenciaram a remoção dos mesmos. 7) Os condutores de V2 e V3 realizaram teste de alcoolemia, cujos resultados não indicaram consumo de álcool. 8) O condutor de V1 não realizou teste de alcoolemia por ter se evadido do local e não foi identificado.

CROQUI DA CENA DO ACIDENTE

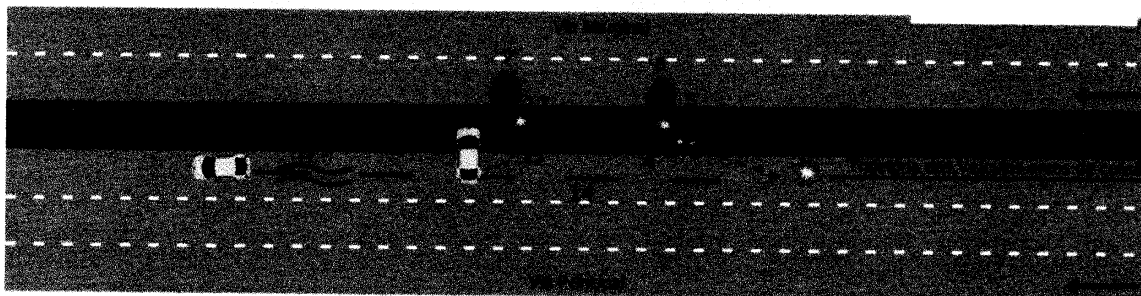
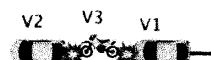
BR-101  
Km  
95,6

- 1 - V1
- 2 - V2
- 3 - V3
- 4 - Condutora de V3
- 5 - Placa de Sinalização
- 6 - Árvore 01
- 7 - Árvore 02
- 8 - Colisão de V1 em V3 e V2
- 9 - Trajetória V2 e V3 após colisão com V1
- 10 - Colisão de V2 na placa e na árvore 01
- 11 - Trajetória V2 pós colisão com árvore 01
- 12 - Colisão V2 na árvore 02

Local preservado

- 13 - Trajetória V2 após colisão com árvore 02
- 14 - Trajetória de V1 após colidir com V3 e V2
- 15 - Marcas de arrasto de V1

Colisão Traseira



← NATAL

PARNAMIRIM →

AMARRAÇÃO - NÃO NECESSÁRIA

EVENTOS SUCESSIVOS

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão traseira	



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novoba/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

MARCAS NO PAVIMENTO

Evento	Veículo	Frenagem (m)	Derrapagem (m)	Arrastamento (m)
--------	---------	--------------	----------------	------------------

DANOS COLATERAIS

Ao Patrimônio da União: Placa indicadora de serviços auxiliares localizada no canteiro central avariada

APOIO EXTERNO

Tipo de Órgão	Solicitação	Comparecimento
---------------	-------------	----------------

IMAGENS COMPLEMENTARES



V1 - VEÍCULO 1 - JIN0843 - AUTOMÓVEL

V1 - Informações

Placa: JIN0843 Marca/modelo: I/PEUGEOT 207 5P Renavam: 00268639191  
Ano fabricação: 2010 Chassi: 8AD2MKFWXBG020274 Tipo de veículo: Automóvel  
Espécie: Passageiro Categoria: Particular Cor: Prata  
Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento

V1 - Encaminhamento

Motivo: Ausência de responsável Tipo de Receptor: Depósito credenciado  
Informações complementares: Veículo abandonado pelo condutor. Recolhido ao pátio credenciado, conforme  
DRV 15011970270110256



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

V1 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V1 / I/PEUGEOT 207 5P

Placa: JIN0843

Nº BOAT: 19058900B01

Nome do Agente: ASFORA

Matrícula do Agente: 1970364

Data: 27/10/2019

Item	Descrição do item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sim	Não	NA
1	Painel corta-fogo		X		
2	Longarina dianteira esquerda			X	
3	Caixa de roda dianteira esquerda		X		
4	Estrutura da soleira esquerda		X		
5	Air Bags Frontais			X	
6	Air Bags Laterais			X	
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda			X	
8	Estrutura da coluna central esquerda			X	
9	Estrutura da coluna traseira esquerda			X	
10	Caixa de roda traseira esquerda			X	
11	Assoalho central esquerdo			X	
12	Longarina traseira esquerda			X	
13	Assoalho portamalas ou caçamba			X	
14	Longarina traseira direita			X	
15	Caixa de roda traseira direita			X	
16	Estrutura da coluna traseira direita			X	
17	Estrutura da soleira direita			X	
18	Estrutura da coluna central direita			X	
19	Estrutura da coluna dianteira direita			X	
20	Assoalho central direito			X	
21	Caixa de roda dianteira direita			X	
22	Longarina dianteira direita			X	

Dano de Monta: Média



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

V1 - Imagens Obrigatórias



IMAGEM DA LATERAL DIREITA



IMAGEM DA TRASEIRA



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA



IMAGEM DA FRENTE



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

**191**





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

---

**V1 - Proprietário**

Nome: ANYOLE RAMALHO PESSOA

CPF/CNPJ: 786.102.144-00

Email:

Telefone:

Endereço: RUA ENG BERTHOLDO GURGEL, 1609, LAGOA NOVA, NATAL-RN

---

**V1C - CONDUTOR DE V1 - Não localizado**

**V1C - Informações**

Nome:

Data de Nascimento:

Sexo:

Estado físico:

Informações complementares: Condutor evadiu-se do local do acidente antes da chegada da equipe policial, deixando seu veículo abandonado sobre a pista de rolamento da rodovia. Não foi identificado. Não providenciou socorro médico às vítimas do acidente.

**V1C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor**

Categoria:

Primeira habilitação:

Nº Registro:

UF:

Vencimento da habilitação:

Motorista profissional: Não

Observações CNH:

**V1C - Alterações da Capacidade Motora**

Foi possível realizar teste do etilômetro: Não

Condutor se recusou a realizar o teste: Não

Visíveis sinais de embriaguez: Não

Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

**V1C - Dados de Contato**

Endereço:

Telefone:

Email:

---

**V2 - VEÍCULO 2 - NOH4330 - AUTOMÓVEL**

**V2 - Informações**

Placa: NOH4330 Marca/modelo: I/CHEVROLET AGILE LT

Renavam: 00407050647

Ano fabricação: 2011 Chassi: 8AGCB48X0CR108353

Tipo de veículo: Automóvel

Espécie: Passageiro Categoria: Particular

Cor: Prata

Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento

---

**V2 - Encaminhamento**

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: Seguradora

Informações complementares: Veículo recolhido por serviço de guincho contratado da seguradora



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

**191**







MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

V2 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V2 / I/CHEVROLET AGILE LT

Placa: NOH4330

Nº BOAT: 19058900B01

Nome do Agente: ASFORA

Matrícula do Agente: 1970364

Data: 27/10/2019

Item	Descrição do item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sim	Não	NA
1	Painel corta-fogo		X		
2	Longarina dianteira esquerda			X	
3	Caixa de roda dianteira esquerda		X		
4	Estrutura da soleira esquerda		X		
5	Air Bags Frontais			X	
6	Air Bags Laterais			X	
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda			X	
8	Estrutura da coluna central esquerda			X	
9	Estrutura da coluna traseira esquerda			X	
10	Caixa de roda traseira esquerda			X	
11	Assoalho central esquerdo			X	
12	Longarina traseira esquerda			X	
13	Assoalho portamalas ou caçamba			X	
14	Longarina traseira direita			X	
15	Caixa de roda traseira direita		X		
16	Estrutura da coluna traseira direita			X	
17	Estrutura da soleira direita			X	
18	Estrutura da coluna central direita			X	
19	Estrutura da coluna dianteira direita			X	
20	Assoalho central direito			X	
21	Caixa de roda dianteira direita			X	
22	Longarina dianteira direita			X	

Dano de Montagem: Média



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobal/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

V2 - Imagens Obrigatórias



IMAGEM DA LATERAL DIREITA



IMAGEM DA TRASEIRA



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA



IMAGEM DA FRENTE

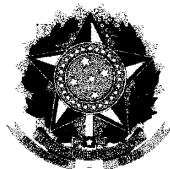


Assinatura  
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.pr.f.gov.br/novoba/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

**191**





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

---

**V2 - Proprietário**

Nome: MAURICIO BRUNO DA SILVA

CPF/CNPJ: 082.049.194-25

Email:

Telefone:

Endereço: NATAL-RN

---

**V2C - CONDUTOR DE V2 - LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO**

**V2C - Informações**

Nome: LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO

Data de Nascimento: 18/07/1982

CPF: 011.703.284-07

Sexo: Masculino

Estado físico: Ileso

Usava cinto de segurança: Sim

**V2C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor**

Categoria: AD

Primeira habilitação: 06/12/2002

Nº Registro: 02640898585

UF: RN

Vencimento da habilitação: 12/02/2024

Motorista profissional: Não

Observações CNH: 15

**V2C - Alterações da Capacidade Motora**

Foi possível realizar teste do etilômetro: Sim

Condutor se recusou a realizar o teste: Não

Visíveis sinais de embriaguez: Não

Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

Resultado obtido: 0,00 mg/l

**V2C - Dados do Contato**

Endereço: DOS LIRIOS, 30, CASA CEP 59129742, LAGOA AZUL, NATAL-RN

Telefone: 84 996095169

Email:

---

**V2P1 - PASSAGEIRO 1 DO V2 - EMERSON CLEBER DE OLIVEIRA CUSTODIO**

**V2P1 - Informações**

Nome: EMERSON CLEBER DE OLIVEIRA CUSTODIO

Data de Nascimento: 21/08/1990

CPF: 098.723.674-18

Sexo: Masculino

Estado físico: Ileso

Usava cinto de segurança: Sim

**V2P1 - Dados do Contato**

Endereço: TRAV MANOEL MIRANDA, 523, QUINTAS, NATAL-RN

Telefone:

Email:



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobal/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

**191**





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

**V2P2 - PASSAGEIRO 2 DO V2 - RENATO ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO**

**V2P2 - Informações**

Nome: RENATO ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO

CPF: 091.063.584-62

Estado físico: Lesões Leves

Data de Nascimento: 12/06/1989

Sexo: Masculino

Usava cinto de segurança: Sim

**V2P2 - Dados do Contato**

Endereço: SAMPAIO CORREIA, 11, DIX SEPT ROSADO, NATAL-RN

Telefone:

Email:

**V3 - VEÍCULO 3 - QGH0480 - MOTOCICLETA**

**V3 - Informações**

Placa: QGH0480 Marca/modelo: HONDA/NXR125 BROS ES

Ano fabricação: 2015 Chassi: 9C2JD2320FR500725

Espécie: Passageiro Categoria: Particular

Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento

Renavam: 01072761936

Tipo de veículo: Motocicleta

Cor: Preta

**V3 - Encaminhamento**

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: Outro

Informações complementares: Veículo recolhido por guincho particular



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

**191**





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

V3 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V3 / HONDA/NXR125 BROS ES

Placa: QGH0480

Nº BOAT: 19058900B01

Nome do Agente: ASFORA

Matrícula do Agente: 1970364

Data: 27/10/2019

Item	Descrição do Item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sim	Não	NA
1	Garfo dianteiro		X		
2	Mesa superior da suspensão dianteira			X	
3	Mesa inferior da suspensão dianteira			X	
4	Coluna de direção		X		
5	Chassi			X	
6	Garfo traseiro		X		
7	Eixo traseiro (triciclos)			X	

Dano de Monta: Média

V3 - Imagens Obrigatórias



IMAGEM DA LATERAL DIREITA

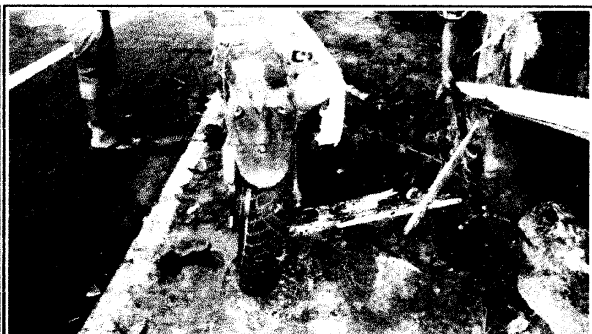


IMAGEM DA TRASEIRA



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA



IMAGEM DA FRENTE



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novoba/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 19058900B01

**V3 - Proprietário**

Nome: ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS

CPF/CNPJ: 045.390.314-22

Email:

Telefone:

Endereço: NATAL-RN

**V3C - CONDUTOR DE V3 - ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS**

**V3C - Informações**

Nome: ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS

Data de Nascimento: 26/05/1984

CPF: 045.390.314-22

Sexo: Feminino

Estado físico: Lesões Graves

Usava capacete: Sim

**V3C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor**

Categoria: A

Primeira habilitação: 14/11/2011

Nº Registro: 05350186212

UF: RN

Vencimento da habilitação: 05/09/2021

Motorista profissional: Não

Observações CNH: 99

**V3C - Alterações da Capacidade Motora**

Foi possível realizar teste do etilômetro: Sim

Condutor se recusou a realizar o teste: Não

Visíveis sinais de embriaguez: Não

Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

Resultado obtido: 0,00 mg/l

**V3C - Dados do Contato**

Endereço: AV 6, 13, DEIX SEPT ROSADO, NATAL-RN

Telefone: 84 988619492

Email:

**V3C - Encaminhamento**

Motivo: Socorro médico

Tipo de Receptor: SAMU

Informações complementares: Condutora encaminhada pelo SAMU ao Hospital Walfredo Gurgel



Documento assinado eletronicamente por ASFORA, matrícula 1970364, Policial Rodoviário Federal, em 28/10/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.  
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/movobal/autenticar>, informando o protocolo 19058900B01 e o número de controle ED85E8B1F70B3C63995DAD6513E28F.

**191**



SINISTRO 3200043104 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS**

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

**BENEFICIÁRIO** ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS

**CPF/CNPJ:** 04539031422

**Posição em 02-04-2020 14:03:46**

Desculpe. No momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [Clique aqui](#) e registre uma solicitação para que possamos checar mais detalhes sobre seu caso. Em até 72 horas, entraremos em contato.

Histórico de Pagamentos e Consultas			
Data do Pagamento	Valor do Pagamento	Data da Consulta	Valor da Consulta
07/02/2020	R\$ 945,00		R\$ 0,00
			R\$ 945,00



▼ Dados do Veículo de placa QGH0480				Em 18/12/2019 23:16:03		
Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares
QGH0480	1072761936	QGH0480/RN	4-MOTOCICLETA	1-Particular	1-Passageiro	2
Marca/Modelo	Fabricação/Modelo		Potência	Combustível	Cor	Carroceria
014907-HONDA/NXR125 BROS ES (Nacional)	2015/2015		0	2-Gasolina	11-PRETA	999-NAO APLICAVEL
Nome do Proprietário					Recadastrado DETRAN	
ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS					DetranNet	
Proprietário Anterior					Situação Lacre	
POTIGUAR VEICULOS LTDA					REGULAR Portaria 272/2007 DENATRAN	
Município de Emplacamento	Licenciado até			Adquirido em	Situação	
NATAL	2019 em 13/06/2019, Licenciamento Anual on-line (CRLV emitido por DDETRAN\26100339404)(Via 1)			15/12/2015	Em Circulação	
Restrição à Venda					Sequência	
Alienação Fiduciária em favor de BV FINANCEIRA S.A CRED FINC E INVEST					1325694	
Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame						
Registro de Baixa de Alienação Fiduciária informado por BV FINANCEIRA S.A CRED FINC E INVEST em 14/12/2019 às 08h04min para ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS						
Impedimentos						
Administrativo						
▼ Listagem de Débitos						
Classe (Clique abaixo para a emissão da GUIA)		Número da Guia	Vencimento	Valor Nominal(R\$)	Valor Atual(R\$)	
Taxa Bombeiros - Motos 2019		3147908.9.109945557	07/06/2019	15,00	15,00	
Total dos Débitos				R\$ 15,00	R\$ 15,00	
Taxas Detran	Seguro DPVAT	IPVA	Multas			
15,00	0,00	0,00	0,00			
▼ Infrações em Autuação						
Nenhuma Notificação de Autuação realizada para este veículo até o momento.						
▼ Listagem de Multas						
Nenhuma multa em aberto cadastrada para este veículo até o momento.						
▼ Último Processo						
Processo	Interessado	Início em				
20045303/2015	20005121434	17/12/2015 às 11h42min				
Situação		Final em				
Encerrado		17/12/2015 às 12h59min				
Serviço		Execução em				
Primeiro Emplacamento		Em 17/12/2015 às 11h42min por 15624609434				
Alienação Fiduciária		Em 17/12/2015 às 11h42min por 15624609434				
Geração de guia de pagamento		Em 17/12/2015 às 11h42min por 15624609434				
Auditoria		Em 17/12/2015 às 12h59min por 13684035491				
Emissão CRV(1ª via)		Em 17/12/2015 às 13h20min por 20069510415				
▼ Recurso de Infração						
Nenhuma Processo de Recurso de Infração cadastrado para este veículo até o momento.						
► Histórico de Impedimentos						
Impedimento	Outorgante	Motivo	Observação	Data Limite	Data Apreensão	Situação
Administrativo	PRF - VEICULO ACIDENTADO		Novo BAT			Ativo em 06/11/2019 por DDETRAN\ServiçosDETRAN
						06/11/2019 11:27:48 Por DDETRAN\ServiçosDETRAN

**Não Possui valor como  
NADA CONSTA !**

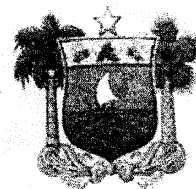
⌂ Voltar







SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL  
PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO



BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 55756 /2019  
Admissão: 27/10/2019 02:21:33

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: **149266 - ANA JULIA VASCONCELOS MEDEIROS** (35 a 5 m 1 d)  
Nascimento: 26/05/1984 Natural: NATAL BRASIL Sexo: F Cor: PARDA  
CNS: CPF: 04539031422 Prof: Pai: FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS  
Mãe: MARIA EDILZA DE V MEDEIROS  
Logradouro: ELIZABETH, 13 Cidade: NATAL  
CEP: 59054120 Bairro: DIX-SEPT ROSADO  
Telefone: 84 988181958 Compl: NAO TROUXE CARTAO SUS

Motivo: MOTO X CARRO - COLISÃO  
Origem: AMBUL. SAMU NATAL

Tipo: REFERENCIADO  
\*Empresa:

Fluxograma:					Discriminador:				
OBS:					Classificação: 27/10/2019 02:18:28				
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: PACIENTE VITIMA DE COLISÃO CARRO/MOTO APRESENTA FRATURA EXPOSTA EM PERNA ESQUERDA + DOR EM OMBRO D  
Hora: 02:35h

Paciente vítima de colisão carro e moto há 2 horas, veio por SAMU, em protocolo, está em uso de capote e foi ordenado o atendimento no momento.  
Reato da mobilização do MZ e + mobilização em FID + ombro D., além disso relatou perda da consciência no local.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A c/c a/c p/p, s/c cervical  
B M +, bilateral s/RA  
C PC: 75 Sd: 99  
D Glasgow 15  
E Exame físico + provável fratura em MZ

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Sd + Rde s/ alt.  
Exame físico em FID.

27 10 19

\*Saída: -

DIAGNÓSTICO INICIAL - CID

Gerado via SX por FRANCISCO DE ASSIS MORAIS QUEIROZ. Impresso em 27 de Outubro de 2019.

11/04/2019 11:11:11

TOMOGRAFIA  
27/10/19-03:00  
TC CÂNDIO



## EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

A

B

C

D

E

A(ALÉRGICAS)

M(MEDICAÇÃO EM USO)

P(PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS)

L(LIQ. E ALIMENTOS INGERIDOS)

A(AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA)

V (PASSADO VACINAL) atualizado

## EXAMES COMPLEMENTARES(RADIOLOGIA E IMAGEM)

- 1) TC de crânio
- 2) Raio X de ombro D AP e Perfil
- 3) Raio X de HSE AP e Perfil

## CONDUTA PRIMÁRIA, MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS

- 1) Raio X de HSE AP e Perfil

E 03.452 - Paciente

disponível em O2 ambiente Algu

Furacina, Zidovudina e acetaminofeno.

Glaxolite - 15.

AP - MV - PVT x 21RA

Phlorina - 1/1000 a 1/10000.

RL - 80 Bm. Dado novo

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

## LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Kátia Serra  
MR Cirurgia Geral  
CRM/RJ - 9143

+ Dr. Luperon

Co. O. Agnosa - N. 2 - 07/05/20

② Sem alteração

C. Geral

③

Sf. 21 - 2002 - (N - 1/1000)

Dif. 21 - 2002 - (N - 1/1000)

S/A

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

## ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1

Ortopedia

HORA:

DATA:

ESPECIALISTA 2

NRC

HORA:

DATA:

ESPECIALISTA 3

HORA:

DATA:

## DESTINO DO PACIENTE:

DATA

HORA

INTERNAÇÃO NA CLÍNICA:

SAÍDA: ( ) DECISÃO MÉDICA ( ) REVELIA ( ) TRANSFERIDO PARA:

OBITO: DATA / / HORA

ENTREGUE À FAMÍLIA ( ) COM ATESTADO ( ) S.V.O ( ) ITEP



ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 2:

*Coleto*

ANAMNESE

*Paciente com noturno de trabalho  
neste ponto de coleta*

EXAME FÍSICO

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

*Fr. de fêmur*

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)\*\*\*\*

LABORATÓRIO

OUTROS

CONDOTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

*Capotele 2g 1x 650*

*Mo. C. C.*

*DIPIROMA OLAMP +  
10ml ABD. V. LENO*

DR. GEAN CARVALHO  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA  
CRM - 4781 TEC. 12425  
CPF - 703.425.411-53

Assinatura e Carimbo do Responsável

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

*Admissão*

DATA: *22/10/19* HORA: *5:00*

SAÍDA:

DATA: */ /* HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA: */ /*

HORA:

Entregue à família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

I.T.E.P. ☐

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: */ /* HORA:

SAÍDA:

DATA: */ /* HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA: */ /*

HORA:

S.V.O. ☐

I.T.E.P. ☐



ESPECIALIZADO 1:

SE

(NC) Caloria com x mto, ECA/B,  
LOTE, / defect focal  
TCC / evidência de p/telegp

EXAME FÍSICO

neuro cirurgico

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

Ad. LIBERDA p/ NC

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)\*\*\*\*

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Respor

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

ELEMENTOS DA ESCALA DE COMA GLASGOW	
Abertura Ocular (AO)	4
Oftos se abrem espontaneamente.	3
Oftos se abrem ao comando verbal. (Não confundir com o despertar de uma pessoa adormecida, se assim for marque 4, se não 3.)	2
Oftos se abrem por estímulo doloroso	1
Oftos não se abrem.	
Melhor resposta verbal (MRV)	5
Orientado (responde adequadamente e apropriadamente às perguntas sobre seu nome, idade, endereço, local, o tempo, a data e etc.)	4
Confuso (responde às perguntas corretamente, mas há alguma desorientação e confusão)	3
Palavras inapropriadas (palavras soltas, mas sem troca conversacional)	2
Sons ininteligíveis. (Comendo sem articular palavras.)	1
Ausente.	
Melhor resposta motora (MRM)	6
Obedece a ordens verbais. (Faz coisas simples quando lhe é ordenado.)	5
Localiza estímulo doloroso.	4
Retirada intencional e dor.	3
Padrão flexo à dor (Decorticação).	2
Padrão extensor à dor (Decerebração).	1

"ESCALA DE TRIAGEM DO TRAUMA REVISADA - RTS"	
DISCRIMINADOR	PONTUAÇÃO
ESCALA DE COMA DE GLASGOW	13-15 = 4
	9-12 = 3
	6-8 = 2
	4-5 = 1
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	10-20 = 4
	>20 = 3
	6-9 = 2
	1-5 = 1
PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA	90 = 4
	70-89 = 3
	50-69 = 2
	1-49 = 1

CLASSIFICAÇÃO DO TCE (ATLS 2005)\*

03 - 05 = grave (necessidade de intervenção imediata);  
06 - 08 = moderado;  
09 - 12 = leve

\* Referência: TEASDALE G., JENNET B. Assessment of coma and impaired consciousness. A practical scale. Lancet 1974;2:81-84

\* A escala proposta aplica-se a doentes conscientes e que estiverem com idade superior a 3 anos. Na Escala Quil se aplica-se no doente que classifica a intensidade da dor de acordo com os seguintes adjetivos:

SEM DOR	LEVE	Moderada	Intensa
0	1	2	3

\* Escala de Trauma Revisada (RTS): Bom índice de sobrevivência para pacientes de trauma fechado. Referência: Adaptado de Champion H.L., Sacco W.L., Copes, et al; A revision of the Trauma score. J. Trauma 29(5) 624, 1990.

HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL  
**Admissão de Internamento Hospitalar**

Nº FIA: 10229 /2019

Prontuário: 1190303

Paciente: 149266 - ANA JULIA VASCONCELOS MEDEIROS

Cartão SUS:

CPF: 04539031422

Dt Nasc: 26/05/1984

Idade: 35 anos 5 meses 1 dia

Sexo: F

Etnia: PARDA

Estado Civil: NÃO INFORMADO

Nome da mãe: MARIA EDILZA DE V MEDEIROS

Nome do pai: FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS

Rua/Av: ELIZABETH

Nº: 13

Complemento: NAO TROUXE CARTAO SUS

Bairro: DIX-SEPT ROSADO

CEP: 59054120

Cidade: NATAL

Telefone: 84 988181958 84 988181958

Especialidade: ORTOPEDICA

Unidade: PS - ORTOPEDIA

Leito: 1029

Responsável: ANA JULIA VASCONCELOS MEDEIROS -

Usuário: SEBASTIAO FERREIRA DOS SANTOS

Admissão: 27/10/2019 05:06:37

Alta:

Óbito:

Dias de permanência:

DIAGNÓSTICO INICIAL: S82.9 - FRATURA DA PERNA, PARTE NÃO ESPECIFICADA  
408050500 -

DIAGNÓSTICO FINAL:

RESUMO DE ALTA

NATAL, 27 de Outubro de 2019.

ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL - CR



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 06/04/2020 09:31:15

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040609311554600000052831197>

Número do documento: 20040609311554600000052831197

# OLIVEIRA MAIA

## ADVOGADOS

### PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS

NACIONALIDADE:BRASILEIRA ESTADO CIVIL:SOLTEIRA

PROFISSÃO: DO LAR

IDENTIDADE: 001.893.940 SSP/RN CPF: 045.390.314-22

ENDEREÇO: R.ELIZABETH 13 A DIX-SEPT ROSADO NATAL RN

TEL:987850983

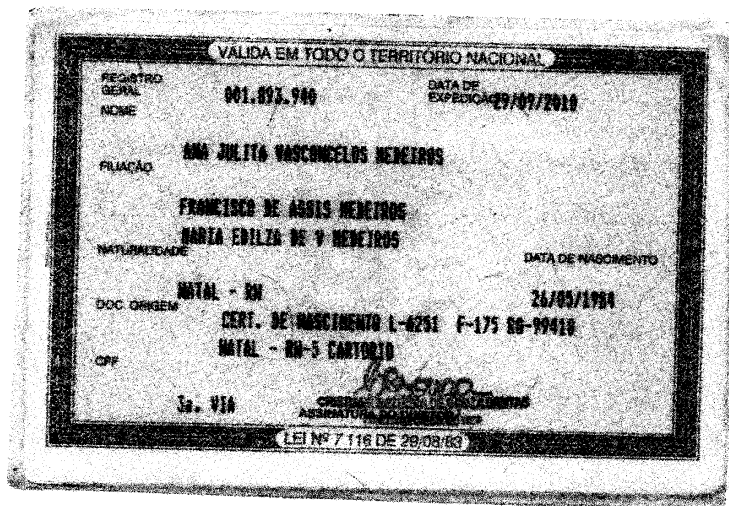
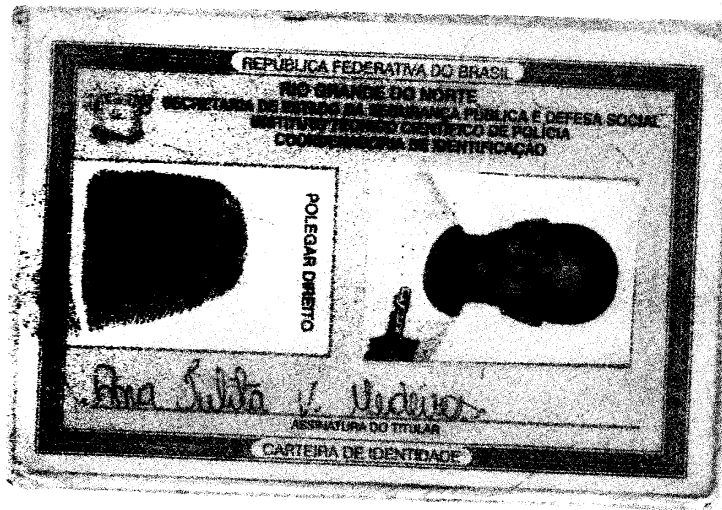
OUTORGADOS: ITAMAR OLÍMPIO DE VASCONCELOS MAIA, brasileiro, casado, Advogado, OAB/RN 11925, com escritório profissional situado na Rua Edgar Dantas, n 454 "C", Bairro Santos Reis, Pamamirim RN, e-mail: bcitamaia@hotmail.com; LARISSA DE OLIVEIRA MAIA, brasileira, solteira, Advogada, OAB/RN 13.421 com escritório profissional situado na Rua Edgar Dantas, n 454 "C", Bairro Santos Reis, Pamamirim RN, e-mail: bcitamaia@hotmail.com; NÚSIA LEILA FERNANDES DE OLIVEIRA MAIA, brasileira, casada, Advogada, OAB/RN 13.561 com escritório profissional situado na Rua Edgar Dantas, n 454 "C", Bairro Santos Reis, Pamamirim RN, e-mail: bcitamaia@hotmail.com.

PODERES: A quem concedo, amplos, limpos e ilimitados poderes, para em conjunto ou separadamente, no foro em geral, para atuar requerer e finalmente, propor quaisquer medidas preliminares, assecuratórias do seu direito, usando para tanto, os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", e mais os especiais poderes para transpor (em) compromissos, fazer acordo, receber e dar quitação, representando o outorgante junto às repartições públicas, Estaduais, Municipais e ou Federal e Autarquias, praticando todos os atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato.

NATAL RN\_\_18\_\_/\_12\_\_/\_2020\_\_\_\_\_

Ana Julita Vasconcelos Medeiros





18/12/2019

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

**BRASIL**  
**(HTTPS://GOV.BR)**



**Ministério da Fazenda**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**Comprovante de Situação Cadastral no CPF**

Nº do CPF: **045.390.314-22**

Nome: **ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS**

Data de Nascimento: **26/05/1984**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **11/12/2000**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **23:07:45** do dia **18/12/2019** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **F675.4749.A4F1.C593**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF"  
(/Servicos/CPF/ImpressaoComprovante/ConsultaImpressao.asp).

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublicaExibir.asp>

1/2



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 06/04/2020 09:31:16  
<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040609311641800000052831752>  
Número do documento: 20040609311641800000052831752

Num. 54861720 - Pág. 2



Pedido de serviço para Via para Pagamento Grupo B nº 1344823155

## NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

COMPANHIA ENERGÉTICA  
DO RIO GRANDE DO NORTERUA VERVOZ 150 BALDO  
NATAL RIO GRANDE DO NORTE  
CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0

COSERN

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.436, de 26/04/02  
Ligação Gratuita:-TELEATENDIMENTO COSERN: 116  
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 261 0142  
-Ouvidoria 0800 084 0404  
Agência Reguladora de Serviços do Rio Grande do Norte-  
ARSEP 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de Telefones Fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL 167  
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveisDADOS DO CLIENTE!  
MARIA JORGE DA SILVA DANTASDATA DE VENCIMENTO  
12/12/2019DATA EMISSÃO DA NOTA  
FISCAL

05/12/2019

DATA DA APRESENTAÇÃO

05/12/2019

NÚMERO DA NOTA FISCAL

034023725

CONTA CONTRATO  
0024260011CLASSIFICAÇÃO  
RESIDENCIAL  
Monofásico  
B1

ENDEREÇO

RUA ELIZABETH 13 A -DIX-SEPT  
ROSADO/AREA URBANA -59054-120  
NATAL RN -

TOTAL A PAGAR

R\$ 113,19

PERÍODO CONSUMO

05/11/2019 a 05/12/2019

CONSUMO

141

- ICMS - BASE DE CÁLCULO R\$ 0,00 Alíquota 18,00 valor do imposto R\$ 17,60

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VIA PARA PAGAMENTO

Destaque aqui

CONTA CONTRATO

0024260011

MÊS/ANO

12/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 113,19

VENCIMENTO

12/12/2019

TALÃO DE PAGAMENTO

Evite dobrar e perfurar ou  
rasurar.  
Este canhoto será usado em  
leitora ótica.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

838500000016 131900384006 024260011204 013209796938



Processo nº 0812762-20.2020.8.20.5001

Auto: ANA JULITA VASCONCELOS MEDEIROS

Réu: PORTO SEGURO S/A

### DECISÃO

Considerando o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos da petição inicial, bem como o atendimento às condições da ação, não sendo caso de improcedência liminar do pedido, recebo a inicial.

Haja vista a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Consoante preconiza o Enunciado n.º 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”.

Com efeito, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.



Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

P. I. Cumpra-se.

Natal/RN, 6 de abril de 2020

ANDRÉA RÉGIA LEITE DE HOLANDA MACÊDO HERONILDES  
Juíza de Direito em Substituição Legal

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

